



**SUSANA PERALTA**

## **como gastam os portugueses**

**endividamento, hábitos de consumo,  
importações e exportações**

07  
10



**os portugueses**



Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso  
1099-081 Lisboa  
Telf: 21 001 58 00  
ffms@ffms.pt

director de publicações  
**António Araújo**

coordenação  
**Susana Norton e Luísa Barbosa**

título  
**Como Gastam os Portugueses — endividamento, hábitos de consumo,  
importações e exportações**

autora  
**Susana Peralta**

design e paginação  
**Guidesign**

Validação de conteúdos e suportes digitais  
**Regateles Consultoria Lda.**

impressão e acabamento  
**Lidergraf | Sustainable printing**

© Fundação Francisco Manuel dos Santos e Susana Peralta  
Agosto de 2020

isbn 978-989-9004-45-0  
depósito legal n.º 466 882/20

As opiniões e valores expressos nesta edição são da exclusiva responsabilidade da autora e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Livro redigido com o Acordo Ortográfico de 1945.

A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada à autora e ao editor.

#### Fontes

INE — Instituto Nacional de Estatística

Banco de Portugal

Eurostat — Departamento de Estatística da União Europeia

Infarmed — Autoridade Nacional do Medicamento

e Produtos de Saúde do Ministério da Saúde

Autoridade Tributária e Aduaneira do Ministério das Finanças

Instituto do Cinema e do Audiovisual do Ministério da Cultura

Sociedade Interbancária de Serviços



**Susana Peralta**

# **como gastam os portugueses**

endividamento

hábitos de consumo

importações e exportações



**FUNDAÇÃO**  
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS

**PORDATA**



Introdução	9
O rendimento das famílias portuguesas	11
O que fazem os Portugueses com o rendimento?	21
Que mais podemos dizer sobre despesas das famílias?	35
Como compram os Portugueses?	49
Portugal e os restantes países europeus	55
Em jeito de conclusão — o que fica de fora?	71
Agradecimentos	75
Notas	77
Infografias	81





## **Introdução**

A economia é uma ciência social que estuda as decisões das pessoas. De entre as várias decisões tomadas pelas famílias, as de consumo contam-se entre as mais importantes. Deve ser por isso que qualquer livro de microeconomia dedica um dos seus primeiros capítulos à chamada teoria do consumidor. Neste pequeno livro, vou utilizar a informação da Pordata para viajar consigo, cara leitora e caro leitor, pela vida quotidiana das famílias portuguesas. Afinal, como gastamos o nosso dinheiro?

Nas páginas que se seguem, vou começar por caracterizar a evolução do rendimento dos Portugueses. Se queremos perceber como gastam, temos de começar por olhar para quanto têm para gastar. No segundo capítulo, utilizo a informação da Pordata para analisar com mais detalhe como o rendimento é dividido entre consumo e poupança, e como se reparte entre diferentes tipos de consumo. Terei mais a dizer sobre a despesa de consumo do que sobre a poupança. Depois disso, no terceiro capítulo, utilizo informação que a Pordata disponibiliza sobre saúde, turismo, cultura e energia para mergulhar com mais pormenor nestes consumos específicos. O quarto capítulo mostra como a informação sobre o consumo das famílias pode ser utilizada para caracterizar situações de pobreza.

Finalmente, deixo algumas notas de conclusão, procurando aguçar a curiosidade das leitoras e dos leitores para explorar outras fontes, que permitem complementar a informação disponibilizada pela Pordata.

O período de análise varia muito entre as várias partes do texto. Há muita informação interessante que só está disponível para os anos mais recentes, devido à evolução do sistema estatístico nacional. Por isso, por vezes começaremos a nossa viagem nos anos 60, outras vamos concentrar-nos no século XXI. Como espero que o livro deixe claro, houve padrões de consumo que mudaram pouco e outros que mudaram bastante. Muitas coisas que se alteram devem-se às condicionantes do mercado, como mudanças de rendimento ou preços e o impacto de algumas crises, com especial destaque para a de 2011–2014, que, devido à maior disponibilidade de informação mais recente, transparece ao longo de todo o texto. Mas outras, como a crescente importância dos telemóveis ou o declínio da venda de jornais, resultam de algo diferente: surgimento de novos produtos ou mudanças de preferências das pessoas. Em 60 anos, não podíamos esperar outra coisa.

# **O rendimento das famílias portuguesas**

## **Como evoluiu o rendimento desde os anos 60?**

O facto que mais sobressai quando se analisa o rendimento dos Portugueses é o seu aumento nos últimos 60 anos. Esse aumento foi quase imperceptível até meados dos anos 70, mas depois disso acelerou bastante. Em 1960, o rendimento a preços correntes era de 397 milhões de euros e atingiu 1003 milhões em 1970; a partir daí, o ritmo de crescimento acelerou. Em 1990, os Portugueses tiveram um rendimento de 43 mil milhões de euros e, em 2018, de 141 mil milhões. A evolução do rendimento a preços constantes é mais modesta, como não podia deixar de ser; ainda assim, cresceu de 34 mil milhões de euros em 1960 para 138 mil milhões de euros em 2018.

## **Houve uma crise entre 2011 e 2014?**

Desde os anos 60, o rendimento aumentou sempre, com excepção do período entre 2011 e 2014, no qual as famílias portuguesas se tornaram em média mais pobres. Este período de crise vai surgir frequentemente

nas páginas deste livro, porque teve influência nos padrões de consumo e poupança das famílias. Esse período manifesta-se mais cedo em alguns indicadores e mais tarde noutros, mas tem quase sempre um impacto perceptível. De facto, a crise começou com a falência do banco Lehman Brothers no final de 2008, que esteve na origem de uma crise global em 2009, e a que se seguiu a crise das dívidas soberanas europeias. O produto interno bruto, a preços constantes, teve uma quebra em 2009, seguida de um pequeno aumento em 2010, e diminuições sucessivas em 2011 e 2012. Depois disso, recuperou lentamente e só em 2015 ultrapassou o seu valor de 2008, a preços correntes.

### **Qual é a diferença entre rendimento a preços correntes e rendimento a preços constantes?**

Quando analisamos a evolução do rendimento, é importante ter em conta se o medimos a preços constantes ou a preços correntes. Para perceber o que isto quer dizer, pensemos, por exemplo, numa padeira. O rendimento (ou seja, o lucro) da padeira é igual ao número de pães que ela vende, multiplicados pelo preço de cada pão, deduzidos os custos de matérias-primas, desgaste do forno, renda da padaria e salários. Vamos olhar para a situação desta padeira em 1980 e 2010 e imaginar que ela vende dez pães em ambos os anos. O seu negócio não cresce. Em 1980, cada pão tem

um preço de 22 cêntimos e um custo de produção de 2 cêntimos. Portanto, a padeira tem um rendimento de 20 cêntimos em cada um dos 10 pães que vende, ou seja, um total de 2 euros. Em 2010, o preço do pão é de 1,1 euros e o custo de produção de 10 cêntimos, e a nossa padeira tem um rendimento de 10 euros. Uma análise simplista poderá sugerir que o rendimento da padeira se multiplicou por 5; no entanto, é preciso considerar a evolução dos restantes preços na economia. Vamos imaginar que todos os preços da economia multiplicaram por 5. Os 10 euros da padeira em 2010 compram os mesmos bens do que 2 euros em 1980, ou seja: o seu rendimento a preços constantes não aumentou, uma vez que não aumentou a quantidade de bens que a padeira pode comprar. Para termos uma medida ajustada do rendimento da padeira, temos de medir o valor dos 10 pães em 2010 com os preços de 1980, ou seja, temos de dividir o rendimento de 10 euros por 5 — obtendo assim os mesmos 2 euros de 1980. Assim, apesar de o rendimento a preços correntes ter aumentado, a preços constantes não houve qualquer crescimento.

O rendimento dos Portugueses multiplicou-se por uns estratosféricos 356 entre 1960 e 2018 quando consideramos preços correntes, mas a preços constantes multiplicou por 4. Já sabe: quando quiser perceber quanto melhorou de facto a vida das pessoas, não se deixe enganar pelas medidas a preços correntes.

Embora Portugal viva hoje com taxas de inflação historicamente baixas, não foi sempre assim.<sup>1</sup> Na década de 1980, a taxa de inflação chegou a atingir 28,5%. Por essa razão, quando olhamos para o rendimento ou outros indicadores medidos a preços correntes, podemos ser induzidos em erro.

### **Qual é a importância dos ordenados e salários?**

Os números de rendimento que discuti até agora baseiam-se nas contas nacionais. Por isso, incluem todas as fontes do rendimento obtido pelos Portugueses: trabalho, pensões, capital e até uma componente pouco conhecida, o valor da produção para autoconsumo. Além disso, incluem os rendimentos de organizações como sindicatos, partidos políticos, igrejas, clubes culturais e recreativos. Como a maior parte das famílias vive essencialmente do rendimento do trabalho, é interessante determo-nos um pouco sobre este tipo de rendimento. Tal como acontece em outros países do mundo, os ordenados e salários têm vindo a perder importância; chegaram a quase 70% do rendimento total no final da década de 1970, mas são agora apenas 50% do total. Isto quer dizer que a maior parte do aumento do rendimento pertence às pessoas que têm outras fontes de rendimento, além, ou em vez, do trabalho, como as rendas, os dividendos e lucros, juros ou mais-valias.

## **Como podemos analisar a distribuição do rendimento?**

O rendimento médio dos Portugueses (a preços constantes), que era de 31 000 euros em 1995, subiu bastante até ao início dos anos 2000. Durante a primeira década do século XXI, conheceu um período de relativa estagnação, com pequenas oscilações, antes de iniciar um período de queda entre 2010 e 2014. A subida que teve desde 2014 não permitiu ainda recuperar os níveis da primeira década. Portanto, os Portugueses chegaram a 2018 com um rendimento médio de pouco mais de 32 000 euros: semelhante ao que tinham em 1995, mas longe dos quase 35 000 do máximo que foi atingido em 2009.

Por trás deste valor médio do rendimento, há diferenças muito significativas entre pessoas. Há duas fontes de informação que nos permitem ter uma ideia da distribuição do rendimento. A primeira é tributária, ou seja, utiliza as declarações de IRS entregues pelas famílias em cada ano. A alternativa são dados provenientes de inquéritos, como o Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento (ICOR), anual, ou o Inquérito às Despesas das Famílias (que já se chamou Inquérito aos Orçamentos Familiares), quinzenal, ambos realizados periodicamente pelo Instituto Nacional de Estatística, com base em amostras representativas da população.

Em princípio, os dados fiscais têm mais qualidade, não só porque cobrem toda a população contribuinte, mas porque contêm o rendimento tal como ele é declarado ao fisco. Em comparação, os inquéritos utilizam amostras representativas da população e perguntam às pessoas o seu rendimento. Esta forma de medir o rendimento é imperfeita porque as pessoas têm, por vezes, ideias imprecisas acerca do que ganham no ano. A maior parte de nós, quando pensa no que ganha, imagina o salário líquido que recebe no final do mês. Mas o verdadeiro rendimento líquido de impostos, mesmo para quem vive exclusivamente de rendimentos do trabalho, é o que resulta das contas que fazemos com a Autoridade Tributária na primavera, depois de declaradas todas as despesas dedutíveis e calculado o montante adicional que vamos pagar de imposto (ou o reembolso que a Autoridade Tributária nos faz).

Há ainda uma outra característica dos inquéritos ao rendimento, um pouco mais técnica, que vale a pena mencionar. Pense numa sondagem de opinião sobre intenções de voto em eleições. Essa sondagem, se conduzida de acordo com as técnicas estatísticas adequadas, oferece uma boa representação da realidade — e mesmo assim muitas vezes não acerta nos resultados — porque cada pessoa representa o mesmo poder nas urnas, ou seja, um voto. Já no que toca ao rendimento, uma parte substancial do mesmo está concentrada nas mãos de apenas algumas famílias.



Portanto, uma amostra representativa não permite caracterizar com detalhe essa parte das famílias que ganham uma percentagem elevada do rendimento total da economia. Há formas de tentar minimizar este problema em inquérito, mas nada substitui o acesso ao universo das declarações fiscais.

### **Que informação nos fornecem as declarações de IRS?**

Em Portugal, a única informação fiscal que está disponível para este tipo de análise agrupa as famílias em onze intervalos de rendimento bruto. A situação de duas famílias numa mesma *tranche* pode ser muito diferente por duas razões. A primeira, mais evidente, é que, no intervalo de rendimentos até 5000 euros, há famílias com 500 euros e outras com dez vezes mais. A segunda é que duas famílias com o mesmo rendimento têm condições de vida muito diferentes — tratando-se, por exemplo, de um adulto sozinho ou de um adulto com três crianças a cargo. Com estas duas limitações em mente, vamos ver o que aprendemos com as declarações de IRS.

Os intervalos de rendimento considerados neste indicador, disponível desde 1990, estão a preços correntes. Como a taxa de inflação no período mais recente nunca foi muito elevada, a análise a preços correntes é menos problemática. Em 1990, havia

2,7 milhões de famílias que entregavam declarações de IRS; pouco mais de metade dos 5,2 milhões de famílias existentes em 2017. Os números do IRS permitem constatar o enriquecimento dos Portugueses, que levou à diminuição da percentagem de famílias com rendimentos até 5000 euros anuais em mais de metade. Curiosamente, a percentagem de famílias com rendimentos entre 5000 e 10 000 euros manteve-se em cerca de 30 %. E mesmo no intervalo seguinte, entre 10 000 e 13 500 euros, há um aumento de pouco mais de 6 pontos percentuais, dos 8,1 % de 1990 para os actuais 14,5 %. Como resultado desta evolução, mais de 40 % das famílias portuguesas ainda têm menos de 10 000 euros anuais de rendimento bruto. Isto é, menos de 833 euros brutos por mês.

O maior crescimento do número de famílias regista-se nos intervalos de rendimento acima de 19 000 euros, onde estavam 5,7 % das famílias em 1990 e hoje são cerca de cinco vezes mais. A percentagem de famílias com mais de 27 500 euros anuais também aumentou significativamente, atingindo 16,1 % em 2017, sete vezes mais do que em 1990.

Utilizando a informação na área das estatísticas do imposto sobre o rendimento no Portal das Finanças, ficamos a saber que 15 % do rendimento total em Portugal foram ganhos por 43 % de agregados familiares, que declaram menos de 10 000 euros, em 2016.

Já os 12 % que declaram um rendimento superior a 32 500 euros ganharam 40 % do rendimento. Portanto, o rendimento dos 12 % mais ricos cresceu quase três vezes mais do que o rendimento dos 40 % mais pobres.

Recordemos que este valor dá uma ideia imprecisa da desigualdade do rendimento; em primeiro lugar, porque se trata de rendimento familiar, e não individual; em segundo lugar, porque se trata do rendimento bruto, não contando com o efeito redistributivo de impostos e transferências sociais. Com a informação do Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento, é possível ter uma ideia das diferenças no rendimento disponível a nível individual. Com esta vantagem, vem a limitação de se basear numa amostra das famílias e em rendimento autodeclarado. Segundo a Pordata, os dados do ICOR mostram que os 20 % mais ricos têm cinco vezes mais rendimento disponível do que os 20 % mais pobres em 2017 e 2018.



## **O que fazem os Portugueses com o rendimento?**

Só há dois destinos possíveis a dar ao rendimento: consumo e poupança. Agora que já sabemos como evoluiu o rendimento, podemos olhar para o que as famílias fazem com ele. A maior parte do rendimento das famílias é consumido. É por aí que vou começar.

### **As despesas das famílias**

Comecemos, então, por perceber melhor de que forma as famílias portuguesas gastam o rendimento que não poupam.

#### *Quanto gastamos em bens duradouros como frigoríficos e automóveis?*

Uma parte das nossas despesas serve para comprar bens que duram algum tempo, como carros ou electrodomésticos. A percentagem das despesas gasta nestes bens duradouros tem sido relativamente estável, desde 1995. Depois de um ligeiro aumento entre os 10,5% de 1970 e os 13,5% de 2000, essa proporção é hoje mais

baixa: cerca de 9 % do consumo total. O consumo de bens duradouros atingiu o seu mínimo, 6,4 % do total, nos anos de 2012 e 2013, na sequência da crise. Nessa altura, o peso dos bens duradouros foi inferior ao que tinha até ao final dos anos 60, em que estava acima dos 7 %.

Graças ao Inquérito às Despesas das Famílias feito pelo Instituto Nacional de Estatística com intervalos de cinco anos, é possível perceber melhor os gastos das famílias nestes consumos duradouros. A Pordata tem informação específica para os electrodomésticos. O fogão é o bem mais comum (presente em 99,7 % dos lares) e já o era em 1995. Sem surpresa, outros bens muito comuns na última edição deste inquérito, em 2015, são o frigorífico (99,3 % dos lares), a máquina da roupa (96,9 % dos lares) e a televisão (98,9 %). Em 1995, já cerca de 95 % das famílias tinham frigorífico ou televisão, mas apenas 72,8 % tinham máquina de lavar ou secar roupa. A máquina de lavar louça também conheceu uma evolução notável, de 12,8 % em 1995 para 51,8 % em 2015, bem como o microondas, de 11,6 % para 88,9 %. Nada disto se compara ao fenómeno dos telemóveis, que não constavam do inquérito em 1995, mas em 2000 já estavam em 47,4 % dos lares, para atingirem os 93,4 % em 2015.

### *Quanto gastamos em alimentação, bebidas e tabaco?*

Em 1960, as famílias portuguesas gastavam 27 % do total do seu consumo não duradouro em alimentação, bebidas e tabaco. Este peso chegou a atingir 30,5 % em 1979, mas hoje em dia ronda apenas os 22 %. Esta tendência histórica para um decréscimo do peso dos gastos em alimentação é comum a todos os países e resulta de duas forças complementares. Por um lado, à medida que as famílias se tornam mais ricas, começam a diversificar os seus gastos para bens menos essenciais. Por outro lado, a alimentação tem-se tornado mais barata relativamente aos outros bens. Ou seja: mesmo que alguns bens alimentares se vão tornando mais caros ao longo do tempo, esse aumento é inferior à inflação em geral. Estes dois efeitos contribuem para que a alimentação represente um peso menor nas despesas das famílias. O mesmo, aliás, aconteceu às despesas em vestuário e calçado, que rondavam os 10 % dos bens não duradouros até ao final dos anos 70 e não representam hoje mais do que 7 % desses gastos.

Como é evidente, este valor médio de 22 % gastos em alimentação esconde uma enorme heterogeneidade entre diferentes famílias; os mais pobres e remediados gastam uma parte mais substancial do seu rendimento em alimentação, ao passo que as pessoas com maior nível de rendimento gastam menos, percentualmente.

## *Como dividimos as nossas despesas por categorias de bens?*

Vou agora analisar a repartição das despesas entre grandes categorias de bens. Esta informação está apenas disponível desde 1995 e inclui consumos duradouros e não duradouros. Há uma série de bens que são essenciais, sem os quais não conseguimos viver. Não é surpreendente, por isso, que a maior parte dos gastos das famílias portuguesas vá para os bens mais essenciais, a começar pela alimentação, bebidas e tabaco, seguida de perto pela habitação e despesas a ela associadas (água, electricidade, gás e outros combustíveis) e pelos transportes e comunicações. Estas três categorias absorvem pouco mais de metade das despesas de consumo em cada ano. Além destas, a única categoria que representa mais de 10 % da despesa é a de restaurantes e hotéis. É também interessante assinalar que a saúde e a educação, duas categorias de bens essenciais, têm um peso muito reduzido nas despesas, de 5 % e de 1,5 %, respectivamente. Esta realidade explica-se pela forte intervenção do Estado na provisão e financiamento nestes dois sectores. A repartição das despesas manteve-se muito estável desde 1995. A categoria que mais subiu foi a despesa com habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis. A subida foi de cerca de 5 pontos percentuais, tendo atingido quase 18 % em 2017. Em contrapartida, houve uma série de categorias com diminuições muito pequenas, como mobiliário, artigos de decoração, equipamento



doméstico e manutenção da habitação, transportes e comunicações, e lazer e cultura.

### *Como dividimos a nossa despesa entre bens importados e domésticos?*

Como quase todos os pequenos países com abertura ao comércio internacional, em Portugal parte importante do que é consumido vem de outros países. Para caracterizarmos este fenómeno, podemos analisar brevemente as Estatísticas do Comércio Internacional. Estes valores não são directamente comparáveis com os que apresentei até agora, porque incluem todas as importações; ou seja, também aquelas que se destinam a ser utilizadas nos processos produtivos das empresas em consumos intermédios. Para dar um exemplo concreto, os automóveis importados podem ser utilizados pelas pessoas na sua vida privada ou pelas empresas na sua actividade produtiva. A informação de que dispomos não permite separar as duas realidades. É também por essa razão que as categorias de bens aqui consideradas diferem das que discuti acima. As importações têm vindo a aumentar, com excepção dos anos de 2009 e 2012, destacando-se aqui, sobretudo, uma enorme quebra no primeiro ano; mais uma provável consequência da crise que Portugal atravessou. As importações de serviços têm uma evolução semelhante, mas são muito inferiores, em valor, às de bens.

### ***Os Portugueses importam mais do que exportam?***

O movimento de abertura da economia portuguesa também se observa no aumento das exportações de bens e serviços, incluindo o turismo, nas últimas três décadas. É verdade que as famílias portuguesas não consomem as exportações, mas vale a pena trazê-las para aqui para as comparar com as importações. Portugal importou sempre mais do que exportou, excepto nos anos recentes, a partir de 2012. A taxa de cobertura das importações pelas exportações, que nos dá o valor das exportações em percentagem do valor das importações, era de 78,9 % em 1996 e manteve-se sempre perto dos 80 %, tendo conhecido um aumento abrupto de quase 20 pontos percentuais entre 2010 e 2012. Isto quer dizer que pagamos mais aos restantes países pelo que compramos do que recebemos com o que vendemos. Ou seja: antes de 2012, houve sempre uma transferência de rendimento proveniente do comércio de bens e serviços para o resto do mundo.

### ***Que produtos importamos e de onde?***

Os bens com maior peso nas importações portuguesas em 2019 são minérios e metais (21 %) e máquinas (18 %), seguidos de perto por químicos, borrachas, produtos agroalimentares e material de transporte. No conjunto, estas categorias representam 85 % das

importações portuguesas. Estes valores são o peso de cada produto no total das importações. Não nos dizem a percentagem dos minérios e metais, ou das máquinas, que é importada.

Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia em 1986, a percentagem de importações de países da Comunidade cresceu; em contrapartida, o comércio extracomunitário diminuiu. As importações dos Estados Unidos da América diminuíram de uma média de 11,9% na primeira metade da década de 1980 para 4,9% na segunda metade. Actualmente, quase um terço das importações de bens vêm de Espanha, que é seguida pela Alemanha, França, Itália e Países Baixos na lista de países de onde mais importamos. Já as importações de serviços são lideradas pela Espanha e pelo Reino Unido.

### ***A poupança das famílias portuguesas***

O rendimento não consumido é geralmente aplicado em poupança (para presumivelmente ser gasto no futuro). A poupança é um indicador importante para as economias, porque é ela que permite investir em capital produtivo; por exemplo, comprar máquinas para as fábricas e computadores para os escritórios. Vou agora apresentar alguns indicadores sobre a poupança.

## **Como evoluiu a poupança desde os anos 60?**

A taxa de poupança, ou seja, a percentagem do rendimento disponível que é poupada, era de 5,5 % em 1960. Embora com oscilações, a poupança andou sempre acima dos 20 % do rendimento disponível desde 1969 até ao final dos anos 80. Mais recentemente, iniciou uma trajectória de decréscimo; desde 2005, só se situou acima dos 10 % em 2009. Em 2018, era de 6,7 %.

Em valores absolutos e a preços constantes, a poupança passou de 2 mil milhões de euros em 1960 para mais de 9 mil milhões em 2018. A poupança conheceu mais períodos de diminuição do que o rendimento, sobretudo no século XXI, que tem sido um período de diminuição quase ininterrupta da poupança.

## ***Sabemos algo sobre a riqueza dos Portugueses?***

Já sabemos que os Portugueses poupam actualmente quase 7% do seu rendimento. Vale a pena imaginar como seria a análise da aplicação da poupança, análoga à que fiz para o consumo. A poupança é o montante que, em cada ano, as pessoas não gastam em consumo e serve para investir em activos, que são a sua riqueza. Um activo é, por definição, um bem que perdura no tempo. Por isso, quando falamos de poupança, é essencial falar também de riqueza, que mais não é do que a poupança acumulada

ao longo do tempo. E o que seria útil conhecer sobre a riqueza das famílias portuguesas?

Em primeiro lugar, podíamos analisar que percentagem da riqueza é colocada em activos mais duradouros, como casas e terrenos, ou contas poupança para gastar em educação ou na reforma, comparando-a com a parte destinada aos activos que serão gastos no curto prazo, como as contas à ordem. Depois, seria importante analisar a distribuição da riqueza entre diferentes categorias, como por exemplo propriedade imobiliária, acções de empresas, obrigações de empresas ou títulos de tesouro, depósitos bancários, investimentos em fundos de diferente natureza, etc. Finalmente, também era essencial caracterizar a escolha entre activos domésticos (por exemplo, contas em bancos portugueses) e internacionais (por exemplo, contas em bancos estrangeiros e paraísos fiscais).

As fontes de informação para caracterizar a riqueza são escassas. Na Pordata, encontramos os montantes em depósitos à ordem e a prazo em instituições de crédito residentes (isto é, localizadas em Portugal). Em 2003, as famílias portuguesas detinham 87 mil milhões de euros em depósitos bancários, e chegaram a 2019 com 150 mil milhões. O valor do total dos depósitos foi sempre crescente, embora tenham ocorrido decréscimos pouco significativos em 2012 nos depósitos à ordem, e em 2017 nos depósitos a prazo. Os depósitos a prazo representam, consoante o ano, entre 58 % e 78 % do total de depósitos.

### *Como evoluiu o crédito das famílias portuguesas?*

Quando uma pessoa poupa, consome menos do que ganha; quando recorre ao crédito, consome mais do que ganha. Portanto, o crédito é a outra face da poupança; ou melhor: é poupança negativa.

Na Pordata, encontramos os valores do crédito contraído por particulares em cada ano. Estes montantes não nos permitem aferir quanto as famílias devem, apenas quanto pedem emprestado. Imagine, por exemplo, que tem um crédito à habitação no montante de 100 000 euros. Se, num determinado mês, comprar um carro com recurso a um crédito de 15 000 euros, este novo crédito surge no indicador da Pordata, mas não permite saber que a sua dívida total à banca é de 115 000 euros. De forma análoga, o valor do défice público num determinado ano acresce ao valor da dívida total à data, mas não nos permite concluir o valor da mesma. Os montantes contraídos em cada ano estão relacionados com as expectativas das pessoas relativamente à evolução da economia e das suas situações pessoais. Se as pessoas esperam um futuro mais incerto ou difícil, contraem menos empréstimos. Contudo, para termos uma ideia do risco ligado a situações de incumprimento generalizado em face de uma crise, a dívida total é um indicador mais importante.

Os valores disponíveis na Pordata mostram-nos que, entre 2003 e 2004, o crédito concedido aumentou em cerca de

7 mil milhões de euros, de 23 mil para 30 mil milhões. Depois disso, conheceu um período de oscilações relativamente limitadas, até que em 2008 começou a descer de forma acelerada, em resultado da crise. O crédito a particulares atingiu o seu mínimo de 6,6 mil milhões de euros em 2013. Em 2019, o montante de novos empréstimos foi de 18 mil milhões de euros, valor que está ainda longe dos da primeira década do século XXI.

### *Como se divide o crédito entre habitação e bens de consumo?*

Há certos bens duradouros que têm um valor tão elevado que a maior parte das famílias só os consegue adquirir recorrendo ao crédito — o caso mais paradigmático é o da habitação. De forma geral, o crédito à habitação é a parte mais importante dos novos empréstimos, e tem representado entre 56 % e 58 % do total de crédito. A exceção é a crise e o período imediatamente a seguir, entre 2011 e 2015, em que o crédito ao consumo representou mais de metade do total. Isto não é uma coincidência: em períodos de maior crise, é menos provável as famílias assumirem compromissos de longo prazo, como o crédito à habitação. Por um lado, as próprias não sentem a segurança necessária para o fazer; por outro, as instituições de crédito tornam-se mais conservadoras na concessão de crédito, devido à incerteza e ao menor rendimento disponível de uma parte substancial das famílias. Como o crédito

ao consumo envolve somas inferiores ao crédito à habitação, o montante total de crédito é inferior nestes períodos de maior prevalência do primeiro.

O crédito à habitação atingiu o seu pico entre 2004 e 2007, altura em que as famílias contraíram, por ano, novos créditos num valor total superior a 18 mil milhões de euros. Esse valor caiu para menos de metade em apenas dois anos: de 19,6 mil milhões de 2007 para cerca de 9 mil milhões em 2009. Desde então, foram diminuindo, até ao valor mínimo de 2 mil milhões de 2012 a 2014. Em 2019, o crédito à habitação recuperou o seu valor de 2010; embora estejamos longe do pico de 2007, esta recuperação não é necessariamente uma boa notícia. Como já discuti, maiores valores de crédito atribuído podem simplesmente significar que os bancos estão menos exigentes e concedem crédito a famílias com perfil de maior risco. Isso pode levar a incumprimentos.

### ***As famílias pagam sempre os empréstimos que contraem?***

As operações de crédito envolvem um compromisso futuro de que o devedor vai reembolsar o montante que pediu emprestado, acrescido do devido juro. As pessoas procuram prever a sua situação futura quando contraem um crédito, para avaliarem se estarão em condições de o reembolsar. Acontecem por vezes situações inesperadas, como períodos de desemprego, separações, divórcios ou mortes, que



impedem as famílias de fazer face aos compromissos assumidos. Em alguns casos, as pessoas deixam de pagar os reembolsos e o crédito diz-se malparado.

A Pordata tem informação acerca da percentagem de famílias detentoras de créditos que não pagaram as prestações devidas em cada ano; em 2009, houve 13 % das famílias nestas circunstâncias. O valor aumentou e rondou os 15 % entre 2011 e 2014, tendo descido desde então. Este aumento nas famílias em incumprimento reflecte o período da crise, em que eventos como a perda do emprego foram mais frequentes. Em 2018, havia 10 % das famílias com créditos que não cumpriram os seus compromissos.

Apesar de a percentagem de famílias em incumprimento ter estado sistematicamente acima dos 10 %, é interessante observar que a percentagem do montante total de crédito envolvido nunca ultrapassou os 5 %. Ou seja: como seria de esperar, as famílias que entram em incumprimento numa determinada altura da sua vida são tendencialmente aquelas com uma situação financeira menos favorável e, por isso mesmo, contraem empréstimos relativamente pequenos, quando comparados com os montantes de crédito das outras pessoas. O montante de crédito malparado subiu de 3 % em 2009 para o seu máximo de 5 % em 2015, tendo descido até aos 4 % em 2018.



## **Que mais podemos dizer sobre despesas das famílias?**

No capítulo anterior, fiz uma caracterização dos gastos dos Portugueses em bens duradouros e não duradouros, em diferentes categorias e em bens importados. Para alguns tipos de despesa, a Pordata contém mais detalhe. Vou agora aproveitar essa informação para caracterizar os gastos dos Portugueses em saúde, cultura, lazer e energia.

### **Despesas de saúde**

#### *Como se dividem as despesas de saúde entre financiadores?*

A saúde é um bem com características especiais: o seu consumo depende muitas vezes de factores fora do controlo das pessoas. Esta componente de risco justifica a existência de seguros. O seguro mais importante no sector da saúde advém do facto de parte importante dos serviços de saúde ser fornecida pelo sector público, através do Serviço Nacional de Saúde, que é financiado com a receita fiscal. Em complemento, existem seguros privados, que têm ganhado importância nos últimos anos. Outra parte das despesas em saúde é

paga directamente pelas famílias. A informação da Pordata não permite analisar a evolução destas três componentes da despesa em saúde; mas podemos, ainda assim, olhar para a fotografia do momento atual.

A preços constantes de 2016, as despesas correntes em cuidados de saúde eram, em 2019, de 19 355 milhões, o que corresponde a 9,6 % em percentagem do produto interno bruto. A maior parte da despesa em saúde é suportada pelo sector público: uma percentagem na ordem dos 64 %, em 2019. Os seguros de saúde privados correspondem ainda a uma parte reduzida da despesa, de apenas 4,2 % em 2019. Já as despesas das famílias representam quase um terço dos gastos em saúde em 2019.

### *Como se dividem as despesas de saúde entre prestadores?*

A parte das despesas de saúde realizada em hospitais ronda os 40 %. As outras componentes com um peso substancial são os cuidados de saúde em ambulatório (que incluem consultas em centros de saúde e consultórios ou gabinetes médicos) e a venda a retalho (que inclui, entre outros, despesa em farmácias e compras de aparelhos médicos). Em conjunto, estas três componentes perfazem quase 90 % da despesa em cuidados de saúde. Vale a pena ainda sublinhar que os prestadores de serviços auxiliares (que incluem despesas

com laboratórios e transporte de doentes) absorvem cerca de 5% das despesas em saúde.

### *Quanto gastam os Portugueses em medicamentos?*

A despesa em medicamentos que podemos encontrar na Pordata cobre apenas as compras de medicamentos em farmácias comunitárias. Uma parte substancial da despesa com medicamentos é realizada nos hospitais, onde, aliás, se dispensam os medicamentos mais caros, alguns cunhados à medida para determinada doença e perfil genético do paciente.

A despesa em medicamentos comprados nas farmácias multiplicou por 2, a preços constantes, entre 1990 e 2019. Começou em cerca de 1000 milhões de euros e chegou a 2006 milhões em 2019, a preços de 2016. Também aqui se verifica o impacto da crise: a despesa foi crescendo até atingir cerca de 2500 milhões em 2010; depois disso, desceu até 2013. Como acontece a vários indicadores que aqui analiso, o valor actual ainda não atingiu o máximo de 2010.

Os utentes suportam uma parte cada vez mais substancial desta despesa total: de 31% em 1990 para 36% em 2019. Quando olhamos para a evolução da despesa suportada pelos utentes em termos absolutos, verificamos uma evolução semelhante à despesa total

até aproximadamente 2007. A partir daí, a despesa começa a descer, mas tem um pico em 2011, ano em que a despesa do Serviço Nacional de Saúde baixa 22 % e a dos particulares aumenta 9 %. Depois de 2011, a despesa dos particulares voltou a descer e, desde então, rondou os 700 milhões de euros.

O Portal da Transparência do Serviço Nacional de Saúde mostra a despesa com medicamentos hospitalares desde 2011, quando esta era de quase 1050 milhões de euros. A despesa desceu até cerca de 950 milhões de 2014, mas desde então aumentou até 2018, quando ultrapassou 1210 milhões de euros. Voltou a descer muito ligeiramente em 2019, para 1150 milhões. Estes valores são a preços correntes. Para podermos comparar, as despesas em farmácia em 2019, a preços correntes, foram de 1327,2 milhões de euros para o Serviço Nacional de Saúde e 733 milhões para os utentes, respectivamente. Portanto, as despesas com medicamentos nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde representam metade da despesa pública em medicamentos.

## **Despesas em cultura, informação e turismo**

### *Quanto gastam os Portugueses em cinema e espectáculos ao vivo?*

As receitas de bilheteira dos cinemas estão disponíveis desde 1961, quando totalizaram 939 000 euros, a preços correntes. Em 2019, este valor ascendeu a cerca de 83,2 milhões de euros, o que representou um aumento de quase 89 vezes. Esta evolução não é, no entanto, o resultado de um aumento sistemático do número de espectadores. No início da década de 1980, o número de espectadores por mil habitantes era de cerca de 3000, enquanto em 2019 este valor se reduziu para 1511. A tendência de crescimento na receita é visível ao longo do tempo, embora com algumas oscilações. Entre 2010 e 2014, por exemplo, deu-se uma quebra de 19,5 milhões de euros, o que corresponde a um decréscimo de cerca de 24 %. Em comparação, 2015 foi um ano de enorme recuperação, com um aumento de 20 % da receita de bilheteira. Estes valores são interessantes porque o cinema é um consumo não essencial e, por isso, uma despesa que as pessoas diminuem de forma muito mais drástica em face de uma crise, mas também recuperam rapidamente depois dela. Os consumos mais essenciais variam menos com o ciclo económico.

A Pordata também disponibiliza informação sobre as receitas de bilheteira de espectáculos ao vivo, que incluem

teatro, concertos e outros eventos artísticos. Em 1979, o total da receita de bilheteira nos espectáculos ao vivo era de 1,2 milhões de euros. Também aqui o crescimento foi substancial, com cerca de 109 milhões de euros de despesa em 2018. Parte desta evolução reflecte o número de sessões e espectadores nestes eventos. Em 1979, o número de sessões de espectáculos ao vivo era de 4555. Os anos seguintes foram de relativa estabilidade no número de sessões, mas a partir dos anos 2000 houve um aumento expressivo, que culminou com um total de cerca de 37 000 sessões em 2018. O número de espectadores evoluiu de forma similar, passando de 1,6 milhões em 1979 para quase 17 milhões em 2018.

### ***Como evoluíram as visitas a museus e outros equipamentos culturais?***

No caso das visitas a museus, jardins zoológicos, jardins botânicos e aquários, não sabemos quanto gastam os Portugueses. A Pordata disponibiliza informação relativamente ao número de visitas. Desde 2012, o número de visitas a estes diferentes equipamentos culturais aumentou sempre, de 13 450 no início do período a 24 133 visitas em 2018. Não sabemos se estas visitas se realizam por residentes em Portugal ou turistas em visita. Os museus absorveram entre 75 % e 81 % do total de visitas entre 2012 e 2018.



## *Quantos jornais compram os Portugueses?*

Também podemos analisar a compra de jornais e revistas, embora, como nos museus e parques, a Pordata só disponibilize a quantidade vendida e não a despesa. Em 2012, venderam-se em Portugal 276 milhões de jornais e revistas; o valor desceu desde então e atingiu 171 milhões em 2018. O ano de 2016 foi aquele em que houve uma diminuição mais acentuada face ao ano anterior. Os jornais e revistas são um exemplo curioso de como as pessoas não aumentam sempre o seu consumo de todos os bens à medida que vão ficando mais ricas. Muitas vezes, há alterações de gostos que as levam a abandonar progressivamente certos consumos. É o que está a acontecer com a imprensa escrita. Isto não significa que as pessoas se interessem menos por informação, uma vez que poderão estar a consumi-la *online*, possivelmente nos *sites* dos mesmos jornais que compravam impressos. De resto, a Pordata mostra que a proporção de agregados domésticos com acesso à internet passou de 15,1 % em 2002 para 61 % em 2012 e 81 % em 2019, dos quais 78 % com banda larga. A repartição do mercado entre jornais e revistas é semelhante em todos os anos para os quais temos informação: aproximadamente 70 % dos exemplares vendidos são jornais.

### ***Quanto gastam os Portugueses em viagens?***

A Pordata tem informação para o valor médio gasto em viagens a preços constantes de 2016. Em 2009, cada pessoa gastava em média 239,8 euros por deslocação, valor que desceu para menos de metade em 2014, por efeito da crise. Desde então, o valor subiu até atingir 163,1 euros por viagem em 2018. Quando analisamos o motivo da viagem, verificamos que as pessoas gastam mais em viagens de negócios ou profissionais (255,7 euros em média, em 2018), seguidas de perto pelas viagens de lazer, recreio e férias (219,9 euros em média, em 2018). As visitas a familiares e amigos são relativamente baratas: o valor médio em 2018 foi de 84,3 euros por viagem.

Como seria de esperar, as viagens em Portugal são muito mais baratas do que no estrangeiro. Em 2018, as pessoas gastavam 118,7 euros, em média, por uma viagem em território nacional, ao passo que uma deslocação ao estrangeiro custava cerca de quatro vezes mais: 513,5 euros em média.

### ***Portugal é um exportador de turismo?***

Sim, de acordo com a informação disponível desde 1996, Portugal foi sempre um exportador de turismo. O que isto quer dizer é que há mais despesas de residentes

de fora do território nacional em hotéis, restaurantes e equipamentos de lazer localizados em Portugal — a que chamamos exportação de serviços turísticos — do que despesas realizadas no estrangeiro por residentes em Portugal — a que chamamos importação de serviços turísticos. Esta diferença entre as exportações e importações de turismo era, em 1996, de 2 % do produto interno bruto, mas conheceu um crescimento notável nos últimos anos, sobretudo a partir de 2012, situando-se em 2019 nos 6 % do produto interno bruto.

### **Fontes de energia**

A Pordata tem informação para o consumo de energia em terajoules, medida física de energia. À semelhança do que acontece com alguns bens culturais, não conseguimos caracterizar a despesa. A gasolina e o gasóleo são as fontes de energia mais utilizadas. Desde o ano 2000, representam em conjunto perto de 60 % da energia consumida pelas famílias. Este peso está ligado ao número de veículos em circulação. Apesar de um decréscimo em 2012, o número total de veículos cresceu entre 2010 e 2018, de cerca de 6,2 milhões para 6,7 milhões. Ao longo do período, a proporção de veículos a gasóleo cresceu todos os anos, excepto em 2012: entre 2010 e 2018, a proporção de veículos que usam este tipo de combustível passou de 57,4 % para 65 %. Este acréscimo fez-se sobretudo à custa

de uma redução dos veículos a gasolina, de 42 % para 33 %. Embora a proporção de veículos a gás de petróleo liquefeito (GPL) se tenha mantido relativamente estável (entre 0,6 % e 0,8 %), a proporção de veículos que usam outros tipos de combustível (incluindo *biodiesel*, eléctricos e híbridos) teve um crescimento muito elevado, de 0,1 % em 2010 para 0,9 % em 2018.

O consumo dos combustíveis acompanha os tipos de veículos em circulação. Assim, o gasóleo era, no início do século XXI, menos utilizado do que a gasolina: 18 % da energia para o primeiro, 40 % para a segunda. O peso relativo do gasóleo foi aumentando e o da gasolina diminuindo; o primeiro tornou-se a principal fonte de energia em 2008. Em 2017, o gasóleo representa 33 % e a gasolina 24 % das fontes de energia utilizadas pelas famílias. A terceira fonte de energia mais importante é a biomassa, que em 2017 representava 22 % da energia. O gás de petróleo liquefeito (GPL) tem vindo a perder importância, em contraste com o gás natural, a fonte de energia que mais cresceu neste século: de 1,6 % em 2000 para 7,2 % da energia em 2017.

### **Podemos caracterizar situações de pobreza utilizando o consumo das famílias?**

A forma habitual de caracterizar a pobreza é comparando o rendimento das pessoas com um

valor, que usualmente chamamos limiar de pobreza. No entanto, há formas alternativas de identificar situações de pobreza. Como uma das mais importantes passa precisamente pelo consumo das famílias, dedico este capítulo a uma digressão por esse terreno.

Há várias razões para nos interessarmos pelo consumo como fonte de informação para caracterizar a pobreza. Uma delas é que o consumo reflecte de forma mais directa a situação económica das famílias ao longo do tempo. Vamos imaginar uma família com duas pessoas adultas, ambas com diplomas universitários. Há vários estudos que mostram que este tipo de formação é um passaporte de acesso a rendimentos mais elevados e empregos mais estáveis. Em particular, sabemos que, se uma pessoa diplomada do ensino superior perder o emprego, ficará, em princípio, menos tempo no desemprego. Se nesta família uma das pessoas perder o emprego durante, por exemplo, seis meses, o rendimento da família vai ter uma quebra substancial nesse ano. No entanto, o contexto em que esta família está inserida certamente influenciará a forma como lida com esta quebra de rendimento. Por um lado, antes do episódio de desemprego os rendimentos da família eram provavelmente mais altos do que os de uma família com menores qualificações; por outro, as suas expectativas em relação à situação futura serão também mais optimistas. Portanto, provavelmente ajustarão as suas decisões de consumo, mas de uma

forma suave, não reflectindo de imediato o corte que tiveram no rendimento. Os economistas chamam a este comportamento o alisamento do consumo: as pessoas tendem a recorrer às poupanças ou ao crédito de forma que o seu consumo seja mais constante ao longo do tempo do que o seu rendimento.

A segunda razão é complementar à caracterização da pobreza segundo o rendimento. O limiar de rendimento abaixo do qual uma pessoa é considerada pobre, na União Europeia, é de 60 % do rendimento disponível mediano do país onde reside. Esta abordagem tem o mérito de considerar o nível de vida do país como a norma; quem estiver muito longe dele está, de alguma forma, excluído da forma como vivem as outras pessoas. Quando caracterizamos a pobreza recorrendo ao consumo, estamos a comparar as famílias directamente — conferindo se consomem determinado bem ou serviço.

Finalmente, a perspectiva do consumo permite-nos abordar a pobreza de uma forma multidimensional, em vez de nos atermos a um só indicador — o rendimento — para caracterizar a realidade necessariamente múltipla em que uma família vive.

A discussão anterior não implica, no entanto, que a medição da pobreza através do rendimento seja desprovida de interesse. Na verdade, a abordagem pelo consumo tem a importante limitação de estar muito

mais dependente de escolhas do que de condicionantes de recursos, quando é na falta destes que reside a nossa concepção de pobreza. Estas duas perspectivas são, por isso, complementares.

Um dos indicadores que o Eurostat utiliza para monitorizar a situação social dos países é a taxa de privação material severa, que mais não é do que uma medida de pobreza com base no consumo. A medida de privação parte dos seguintes indicadores:

- atraso no pagamento de hipotecas ou pagamento de rendas, contas de serviços de utilidade pública, compras a prestações ou outros empréstimos;
- incapacidade de pagar uma semana anual de férias fora de casa;
- incapacidade de pagar uma refeição que inclua carne, frango, peixe (ou equivalente vegetariano) de dois em dois dias;
- incapacidade de enfrentar despesas financeiras inesperadas;
- incapacidade de pagar um telefone (incluindo telemóvel);
- incapacidade de pagar uma televisão a cores;
- incapacidade de pagar uma máquina de lavar;
- incapacidade de pagar um carro;
- incapacidade de manter a casa adequadamente aquecida.

Uma família diz-se numa situação de privação material severa quando se verificarem quatro das condições listadas.

A taxa de privação material severa, ou seja, a percentagem de pessoas que vivem em famílias em situação de privação material severa, está disponível desde 2004. Neste ano, este valor era de 9,9%; nos anos seguintes, foi oscilando, com uma tendência descendente, até atingir 8,3% em 2011. A crise também teve o seu efeito neste indicador, que começou a subir logo em 2012, chegou a 10,9% em 2013 e 10,6% em 2014 — os valores mais altos desde que o Eurostat começou a recolher esta informação através do Inquérito às Condições de Vida e do Rendimento. A taxa de privação material severa começou depois a descer e estava, em 2019, nos 5,6%.



## **Como compram os Portugueses?**

O dinheiro electrónico, que todos carregamos na carteira num pequeno cartão de plástico, originou uma verdadeira revolução na forma como se gasta e se paga a partir da última década do século xx. A penetração de meios electrónicos de pagamento em Portugal é bastante elevada. O número de caixas automáticas multibanco por 100 mil habitantes era de 8,2 em 1990, e subiu consistentemente até um máximo de 135,4 em 2010. Ou seja: em 20 anos, multiplicou por cerca de 16. A crise de 2011-2014 teve um forte impacto na banca portuguesa, o que levou a um decréscimo sucessivo do número de caixas multibanco para 112,6 por 100 mil habitantes em 2018. Teve, porém, um pequeno aumento em 2019, para 113,1. Neste capítulo, debruço-me no modo como os Portugueses usam os meios electrónicos de pagamento para compras e outras operações.

### **Que tipo de operações são feitas nas caixas ATM?**

A Pordata disponibiliza o número de levantamentos, consultas e pagamentos feitos nos terminais ATM a partir de 1990, 1997 e 2005, respectivamente. Saliento que

estes valores dizem respeito a todos os cartões usados em território nacional, de bancos portugueses e estrangeiros.

A operação mais comum das três é, de longe, o levantamento. Desde 1990, em que se registaram 37,6 milhões de levantamentos, o número aumentou sempre até 2010, quando se contaram mais de 418 milhões de operações de levantamento. Mais de um milhão por dia! Até 2000, as taxas de crescimento anuais foram sempre de dois dígitos, abrandando entre 2001 e 2010. Ainda assim, a taxa de crescimento média até 2010 foi de 13,2 % ao ano. Os anos seguintes foram mais voláteis, certamente por influência da crise. Neste período houve sempre um crescimento menor do que nos anos anteriores a 2010; em 2011, 2012 e 2015, registou-se, aliás, um decréscimo. Em 2018, o número de levantamentos foi apenas ligeiramente acima do de 2010.

Em 1997, o número de operações de consulta foi de quase 84 milhões. Embora inicialmente de forma muito mais rápida e depois mais lenta, este valor foi sempre crescendo, até atingir o seu máximo de 290 milhões de operações em 2011. A partir daí, em quase todos os anos o número de consultas em ATM diminuiu. Esta diminuição está relacionada com dois factores. Por um lado, tal como com os levantamentos, a crise levou a menor utilização dos ATM. Por outro, a adesão à banca digital desviou os consumidores para canais alternativos,

pelo que as operações em ATM não recuperaram no período pós-crise.

O número de pagamentos em ATM tem uma tendência menos clara. Em 2005, fizeram-se cerca de 126 milhões de pagamentos.<sup>2</sup> Nos anos seguintes, este valor foi oscilando, para atingir cerca de 68 milhões em 2018, decréscimo de mais de 30 % face ao ano anterior e de quase 50 % face a 2005. Tal como com as operações de consulta, é provável que a banalização da banca digital tenha contribuído para esta evolução.

### **Como evoluíram os montantes levantados e pagos nas caixas ATM em Portugal?**

Os montantes movimentados em levantamentos nas caixas ATM cresceram marcadamente ao longo do tempo. Em 1990, a preços correntes, o montante de levantamentos totalizou 1,9 mil milhões de euros; em 2018, este valor aumentou para 27,5 mil milhões de euros, ou seja, multiplicou por 14. Tal como o número de operações, este indicador também evoluiu com ritmos diferentes ao longo do tempo. Na década de 1990, as taxas de crescimento anual foram sempre acima de 14 %, enquanto na seguinte o crescimento médio anual foi de 7,9 %. Os únicos anos em que o montante levantado se contraiu foram 2011 e 2012, coincidindo com a crise. A contracção não foi, no entanto, expressiva: -1,6 % e -2,4 %, respectivamente.

O montante de pagamentos está apenas disponível a partir de 2005, quando totalizou cerca de 4,9 mil milhões de euros. Os montantes pagos cresceram em média 4,2 % por ano até 2015, mas nos três anos seguintes houve maior volatilidade. Em 2018, o valor ascendeu a 5,6 mil milhões de euros, 14 % acima de 2005.

A preços constantes, as variações foram, como seria expectável, menos expressivas: o montante de levantamentos multiplicou por 6 entre 1990 e 2018, enquanto o de pagamentos diminuiu 5 % entre 2005 e 2018.

### **Quanto se levanta, em média, nas caixas ATM?**

Combinando as duas perguntas anteriores, é fácil obter o montante médio por levantamento. Em 1990, o valor médio de cada levantamento era de 50,4 euros, a preços correntes. Apesar de algumas flutuações, o valor do levantamento médio conheceu uma tendência crescente ao longo do tempo, até ao pico observado em 2018, de 65,7 euros, o que representa um crescimento de 30,3 % face a 1990.

Por esta altura, as leitoras e os leitores já perceberão que a análise do parágrafo anterior tem uma limitação: 50,4 euros em 1990 não representam necessariamente uma quantidade menor de bens e serviços do que

65,7 euros em 2018. Nestes 28 anos, o que se pode fazer com determinado montante de numerário variou bastante. Efectivamente, os valores a preços constantes sugerem uma realidade diferente. A preços de 2016, o levantamento médio de 1990 ascende a 113 euros. Em 2018, o valor médio dos levantamentos é de cerca de 64 euros, naturalmente mais próximo do seu correspondente a preços correntes. Comparando estes valores, concluímos que, a preços constantes, o valor médio dos levantamentos diminuiu cerca de 43%. Ou seja: o levantamento típico serve para comprar uma menor quantidade de produtos e serviços. Esta evolução está provavelmente ligada ao surgimento da rede de terminais de pagamento nas próprias lojas, mas também ao maior número de terminais ATM de rua, que facilita o levantamento, diminuindo a necessidade de retirar montantes elevados de cada vez.

### **Como evoluíram as compras em terminais automáticos?**

Antes de fechar este capítulo, é importante analisar outra componente da utilização de meios electrónicos de pagamento: a evolução das compras com cartões bancários.

A Pordata disponibiliza a quantidade de pagamentos e o seu valor entre 1990 e 2019. O número de compras

subiu muito expressivamente ao longo deste período, passando de cerca de 7 milhões para 1,3 mil milhões. A tendência crescente foi apenas interrompida em 2012 e 2013, em que o número de compras desceu 3,8 %, face a 2011 — mais um reflexo da crise.

O montante total das compras efectuadas também aumentou ao longo do tempo. Em 1990, era de cerca de 258 milhões de euros, e em 2019 já se cifrava em cerca de 47 mil milhões de euros. O montante total decresceu apenas em 2012. A preços constantes, a taxa de crescimento dos montantes das compras em terminais automáticos variou bastante. Durante a década de 1990, o crescimento foi quase sempre superior a 20 % ao ano. Entre 2000 e 2009, o crescimento abrandou, para uma média de 8,3 % ao ano. A crise levou a uma diminuição dos montantes transaccionados entre 2011 e 2014; a partir daí, os montantes voltaram a crescer todos os anos.

Calculando o valor do pagamento médio com cartões bancários, observamos que este foi relativamente constante, de cerca de 41 euros. A preços constantes de 2016, o montante médio das compras diminuiu de 82,4 euros em 1990 para menos de metade (36,4 euros) em 2019. É provável que o maior número de terminais de pagamento leve à sua utilização em maior número de transacções, incluindo as de menor valor.

## **Portugal e os restantes países europeus**

Termino com um breve enquadramento da posição portuguesa no contexto dos outros países europeus. A Pordata possui um conjunto vasto de indicadores para os países do espaço económico europeu (EEE), incluindo os países da União Europeia (28), da zona euro e da Suíça.<sup>3</sup> Estes dados estão harmonizados de forma a permitir análises comparativas entre os países.

Utilizo agora essa informação para resumir algumas tendências evolutivas e assinalar diferenças interessantes entre os países. Assim, referir-me-ei em cada tópico apenas aos países que relevem para a análise. O propósito não é ser exaustiva. Por simplificação de linguagem, refiro-me a países europeus quando discuto os que integram o espaço económico europeu, o que exclui alguns dos países dos Balcãs, de Leste, o Cáucaso e a Turquia.

### **Como evoluiu o rendimento disponível bruto nos países europeus?**

O rendimento disponível bruto é o rendimento gerado pela economia de um país, deduzido das transferências

correntes (incluindo impostos sobre o rendimento e prestações sociais). Define o montante à disposição dos agentes económicos de cada país para consumir ou poupar; está disponível na Pordata desde 1996.<sup>4</sup>

Os países com os quatro maiores rendimentos em 1996 eram, respectivamente, a Alemanha, a França, o Reino Unido e a Itália, com valores entre 2,7 mil milhões e 1,5 mil milhões de euros, a preços de 2015. No mesmo ano, Portugal estava sensivelmente no meio da distribuição, entre a Noruega e a Finlândia, com um rendimento bruto disponível de cerca de 148 mil milhões de euros. Os mais pobres eram a Lituânia, a Letónia, a Estónia e o Chipre, com valores abaixo de 12 mil milhões de euros.

Ao longo dos anos, e apesar de algumas flutuações, o rendimento bruto disponível dos vários países europeus aumentou. Excepção importante é a Grécia, cujo rendimento em 2018 foi de cerca de 179 mil milhões de euros, 7,7 % abaixo do valor de 1996. Em sentido contrário, o rendimento disponível de alguns países aumentou de forma muito significativa entre 1996 e 2018. Por exemplo, mais do que triplicou na Lituânia e na Irlanda, e mais do que duplicou na Letónia, Eslováquia e República Checa.<sup>5</sup> Em Portugal, a taxa de crescimento no mesmo período foi de cerca de 33 %. Com um crescimento menor que Portugal encontram-se a Alemanha (27 %), a Eslovénia (17 %), a Itália (16 %)



e a Hungria (9%). É importante assinalar que, para um mesmo aumento absoluto do rendimento, as taxas de crescimento são sempre mais elevadas para os países com rendimentos iniciais inferiores. Portanto, é natural que, em média, países com níveis de rendimento mais elevados cresçam menos.

Embora estes números forneçam informação importante, a comparação do nível de rendimento entre diferentes países requer alguns cuidados. Um caso paradigmático é o do Luxemburgo: sendo um dos países com produto interno bruto *per capita* mais alto do mundo, encontra-se muito próximo dos mais pobres em rendimento disponível total. Análises comparativas entre países devem, por isso, incluir pelo menos dois factores adicionais. Por um lado, a dimensão do país afecta a actividade económica desenvolvida no território, o que pode ser corrigido considerando os indicadores *per capita*, ou seja, dividindo pela população. Por outro lado, o valor do rendimento pago, por exemplo, em salários está associado ao nível de preços na economia. Assim, países com níveis de preços mais altos terão rendimentos brutos totais tendencialmente mais altos. Este efeito é corrigido pela paridade de poder de compra padrão, que nos permite fazer comparações entre países. Da mesma forma que os preços constantes permitem comparar o mesmo país em diferentes momentos, a correcção da paridade de poder de compra padrão permite comparar países diferentes num mesmo momento.

## **Quanto recebem os trabalhadores nos diferentes países europeus?**

Este indicador mede a remuneração total dos trabalhadores, dividida pela população total do país; difere, por isso, da remuneração média por trabalhador. A remuneração dos trabalhadores *per capita* na União Europeia (28), medida em paridade de poder de compra padrão, quase duplicou entre 1995 e 2018, passando de 7303,6 para 14 499,5 euros. Durante este período, a taxa de crescimento anual média foi de 3,0 %. A única exceção ocorreu em 2009, quando a remuneração diminuiu 2,3 %, em comparação com o ano anterior, o que evidencia o impacto da crise financeira global nos rendimentos dos trabalhadores. Apesar do aumento médio, as remunerações dos trabalhadores evoluíram de forma diferente entre os países do espaço económico europeu.

Os trabalhadores do Luxemburgo e da Suíça obtiveram sempre remunerações mais elevadas, com 39 000 e 28 000 *per capita* em 2018, respectivamente. No extremo oposto encontram-se a Grécia e a Bulgária, onde a remuneração *per capita* em 2018 era de 6906 e 6781 euros. Estas diferenças exemplificam como a convergência entre os países europeus está ainda distante.

Portugal começa na 19.<sup>a</sup> posição entre 31 países, com uma remuneração dos trabalhadores de 5647,2 euros, e está, em 2018, na 23.<sup>a</sup> posição, com um valor de 10 379,6 euros.

Em ambos os casos, Portugal encontra-se abaixo da média da União Europeia (28). Apesar de, em alguns anos, a taxa de crescimento anual das remunerações ter sido elevada (quase 7% em 2000), a crise contribuiu para uma descida das remunerações em 2009, 2011 e 2012, mais acentuada nesses dois últimos anos.

A crise afectou todos os países europeus. A Estónia, a Lituânia e a Letónia foram particularmente atingidas em 2009, com as remunerações dos seus trabalhadores a decrescer entre 11% e 18%. Na Islândia, que conheceu processos de falência conturbados de três dos maiores bancos privados, as remunerações *per capita* dos trabalhadores diminuíram cerca de 24% entre 2007 e 2010. No Chipre, as remunerações *per capita* diminuíram entre 2010 e 2014 (a uma média anual de 4%). Na Irlanda caíram cerca de 3,4% por ano, de 2009 a 2011, e em Espanha tiveram uma diminuição semelhante, entre 2009 e 2013. Na Grécia, a queda foi mais acentuada, de 5,3% por ano, entre 2009 e 2013.

### **Como evoluíram os salários mínimos europeus?**

Os rendimentos médios têm, conforme já discuti, algumas limitações, particularmente por não reflectirem a desigualdade na distribuição dos rendimentos. Alguns países europeus têm salários mínimos nacionais legalmente definidos, o que nos permite avaliar e

comparar quanto ganham as pessoas que recebem o salário mais baixo em cada país.<sup>6</sup> É importante, no entanto, ter em conta que há pessoas que trabalham e recebem menos do que o salário mínimo nacional; por exemplo, pessoas que não têm contrato de trabalho — os chamados trabalhadores independentes — ou trabalham a tempo parcial.

A Pordata tem informação disponível sobre os valores dos salários mínimos nacionais em vigor desde 1999. Em 2020, o país europeu com o salário mínimo mais elevado era o Luxemburgo, com 2141,99 euros mensais. O segundo salário mínimo nacional mais elevado é de 1656,2 euros e pertence à Irlanda, seguida de perto pelos Países Baixos, Reino Unido, Bélgica, Alemanha e França, todos com salário mínimo nacional acima dos 1500 euros mensais. Portugal tem, em 2020, um salário mínimo de 740,83 euros mensais, o 12.º mais elevado, de entre os 22 países que o aplicam no espaço económico europeu.<sup>7</sup> Na 11.ª e 13.ª posições estão Grécia e Polónia, com salário mínimo nacional de 758,33 e 610,79, respectivamente. Os salários mínimos mais baixos pertencem à Roménia e Letónia (entre 430 e 466,23 euros) e à Bulgária (311,89).

A evolução do salário mínimo nacional reflecte o desenvolvimento económico, mas também as opções políticas. Regra geral, os salários mínimos sobem ao longo do tempo, de forma a manter ou melhorar o poder

de compra aos trabalhadores. Em alguns casos, por exemplo em virtude de crises, o salário mínimo nacional pode manter-se inalterado ou mesmo descer. Na Irlanda, o salário mínimo nacional esteve congelado entre 2008 e 2015, e em Portugal entre 2011 e 2014; na Grécia, o salário mínimo nacional diminuiu 22 % em 2013, manteve-se inalterado até 2019 e subiu 10,9 % em 2020. Mesmo em economias mais robustas, existem casos de estagnação ou diminuição do salário mínimo nacional. Em Espanha, o salário mínimo nacional manteve-se praticamente inalterado entre 2010 e 2015, com uma média de crescimento de 0,6 % ao ano. No Reino Unido, o salário mínimo nacional diminuiu 5,5 % em 2008 e quase 20 % em 2009.

Até agora, os números que partilhei com as minhas leitoras e os meus leitores dizem respeito ao valor do salário a preços correntes. Desde 1999, os países que, a preços constantes, mais subiram os seus salários mínimos foram a Roménia, Bulgária, Lituânia, Polónia, Eslováquia e Hungria. No caso da primeira, o salário mínimo nacional multiplicou por 4 entre 1999 e 2020, e nos restantes mais do que duplicou. Em Portugal, cresceu cerca de 44,5 %.

Quando comparamos os salários mínimos nacionais em paridade de poder de compra padrão, para neutralizar os diferentes níveis de preço nos países, concluímos que os países com salários mínimos mais elevados e mais

reduzidos são os mesmos que mencionei. As únicas alterações substanciais estão na ordenação dos salários no meio da distribuição. Por exemplo, Portugal, que no salário mínimo nacional medido em euros se posicionava na 12.<sup>a</sup> posição em 2020, desce para a 15.<sup>a</sup> posição, sendo superado pela Polónia, Roménia e Lituânia, quando temos em conta os diferentes poderes de compra através da correcção da paridade de poder de compra padrão.

### **Como se divide o rendimento dos Europeus entre poupança e consumo?**

A parte do rendimento que as famílias poupam varia substancialmente entre os países europeus. A informação sobre a percentagem de poupança está disponível na Pordata para os países da União Europeia (28), excepto Malta, entre 1995 e 2018, embora nem todos os países tenham valores disponíveis para todos os anos.<sup>8</sup>

Sem surpresas, os três países da União Europeia (28) com percentagens médias de poupança mais alta neste período são o Luxemburgo e a Alemanha, com valores a rondar os 19 % e 18 %, seguidos pela Bélgica, com aproximadamente 16 %. Letónia, Bulgária e Roménia, por outro lado, têm taxas médias de poupança negativas,

entre -1,1% e -6%, ou seja, consomem mais do que o seu rendimento disponível.

A taxa média de poupança das famílias em Portugal é de 10,4%, o que o situa na 12.<sup>a</sup> posição no conjunto dos 27 países da União Europeia (28) para os quais existem dados disponíveis.

Não existe uma tendência clara de evolução das taxas de poupança ao longo do tempo. Ainda assim, o ano em que houve um aumento da taxa de poupança face ao ano anterior em mais países foi 2009, em que apenas Eslovénia, Suécia e Itália reduziram as suas taxas de poupança (-2,1, -0,7 e -0,2 pontos percentuais, respectivamente).

A crise originou uma diminuição importante da taxa de poupança em vários países da União Europeia (28), com especial destaque para o ano de 2011. Apenas quatro países viram as suas taxas crescer face a 2010: Espanha, Países Baixos, Suécia e Estónia, entre 0,7 para a primeira e 0,2 pontos percentuais para a última.<sup>9</sup> Os países alvo de resgate financeiro por parte da Comissão Europeia, do Banco Central Europeu e do Fundo Monetário Internacional, ou seja, Portugal, a Irlanda e, especialmente, a Grécia e o Chipre, reduziram de forma expressiva as suas taxas de poupança entre 2010 e 2014.

Nas cinco maiores economias europeias, Alemanha e França têm taxas de poupança relativamente estáveis ao longo do tempo, embora a informação para a Alemanha esteja apenas disponível a partir de 2012. O Reino Unido, a Espanha e a Itália, por sua vez, têm taxas mais voláteis. O caso de Itália merece destaque, uma vez que se assistiu a um forte declínio da poupança das famílias entre 1995 e 2018, de 21,2 % para 10,1 %.

Uma vez que o rendimento disponível não aplicado em poupança é utilizado em consumo, a breve análise que aqui fiz para as taxas de poupança pode ser facilmente invertida pelas minhas leitoras e leitores, para caracterizar a evolução e posicionamento dos diferentes países da União Europeia (28) em proporção de rendimento disponível associada em consumo.

### **Como se distribui a despesa nos diferentes países por categorias de bens?**

A Pordata disponibiliza informação sobre o rendimento disponível das famílias aplicado em consumo em 12 categorias de bens e serviços, desde 1995, para os 31 países do espaço económico europeu. Nos próximos parágrafos, saliento alguns dos factos que me parecem mais interessantes, primeiro no conjunto da União Europeia (28) e depois analisando as diferenças entre países em algumas categorias.



Na União Europeia (28), as despesas com habitação e outros gastos mensais associados (água, electricidade, gás e outros combustíveis para uso doméstico) representam em média cerca de 23 % do consumo das famílias, entre 1995 e 2018. A segunda categoria onde mais se gasta são os transportes (incluindo aquisições de veículos, custos de reparação e manutenção, combustíveis e custos de deslocação em transportes públicos), representando 13 % do consumo. Finalmente, 12,5 % do consumo são absorvidos por produtos alimentares e bebidas não alcoólicas. Do lado das categorias que menos recursos absorvem, está a educação, com menos de 1 % das despesas, seguida das comunicações, com 2,6 %, e da saúde, com 3,5 %.

A importância relativa dos diversos tipos de bens é estável ao longo do tempo. Ainda assim, destaca-se uma redução progressiva do peso das despesas alimentares, que diminuiu 1,7 pontos percentuais face a 1995, para 12,1 % do consumo em 2018. Da mesma forma diminuíram os pesos dos acessórios, equipamentos e manutenção doméstica, bem como do vestuário e calçado e, em menor medida, das bebidas alcoólicas. É provável que estas variações reflectam uma alteração favorável dos preços destes consumos. Em sentido contrário, o peso das despesas com educação e saúde cresceu 28,8 % entre 1995 e 2018. As despesas com habitação, que se cifravam em cerca de 22 % do consumo até 2004, cresceram progressivamente a partir

de 2005, até atingirem um máximo de 25 % em 2013 e estabilizarem mais recentemente em torno dos 24 %.

As proporções do rendimento disponível aplicado em consumo dos diferentes tipos de bens variam consideravelmente entre os países do espaço económico europeu. O país com a maior proporção da despesa em habitação é a Eslováquia, com 30,1 %, em média, desde 1995, seguida da Dinamarca e Suécia, com cerca de 27 %. Portugal, Chipre e Malta são os países em que esta proporção é menor, com 15,2 %, 14,5 % e 11 %, respectivamente. Os três países em que o peso da habitação mais variou foram a Espanha, a Bulgária e a Islândia. A variação foi, no entanto, diferente entre os países. Na Espanha e Islândia, que começaram com valores relativamente baixos, a crise fez aumentar muito a proporção da despesa em habitação. Em Espanha, por exemplo, as despesas de habitação representavam 14,3 % do consumo em 1995, e em 2013 atingiram o pico de 24,4 %. Na Bulgária, por outro lado, a importância das despesas de habitação diminuiu substancialmente ao longo do tempo, especialmente entre 1995 e 2008, encontrando-se em 2018 cerca de 28 % abaixo do valor de 1995. Os países em que o peso das despesas de habitação se manteve mais estável foram, por esta ordem, Malta, Eslovénia, Alemanha e Suíça.

Como já discuti, o peso das despesas de alimentação tende a ser menor para as famílias mais ricas.

Esta relação também se observa nos países do espaço económico europeu. Assim, países como a Roménia, Lituânia e Letónia gastam mais do que a média da União Europeia (28), respectivamente 31,8 %, 26,8 % e 22,8 %. Como o rendimento destes países cresceu bastante, foi também nestes que se observou maior redução do peso da alimentação entre 1995 e 2018. No extremo oposto, os países em que este peso é menor são também aqueles com menor variação ao longo do tempo. Reino Unido, Luxemburgo e Suíça são, em média, os países em que as despesas alimentares têm peso mais baixo, de menos de 10 %.

Embora as despesas com educação representem sempre uma proporção relativamente baixa do total, existem diferenças a assinalar entre os países do espaço económico europeu. Em países onde a gratuidade do sistema de educação é maior (por exemplo devido ao baixo valor ou mesmo isenção de propinas no ensino superior), as famílias tendem a gastar proporcionalmente menos em educação. Na Suécia, Bélgica, França, Finlândia e Noruega, as despesas de educação representam em média menos de 0,5 % das despesas de consumo. Chipre, Irlanda e Grécia são os países em que a média é mais elevada, ligeiramente acima dos 2 %.

A proporção de despesa associada ao consumo de bens e serviços de saúde é relativamente mais homogénea

entre os países do espaço económico europeu. A exceção é a Suíça, onde, em média, esta tem um peso de 13,6 %. Abaixo da Suíça surgem a Bélgica e Portugal, com médias de 6 % e 4,7 %. No Reino Unido, as famílias gastam em média 1,5 % do seu orçamento em consumo de serviços de saúde, a proporção mais baixa de todos os países do espaço económico europeu, consequência do peso preponderante do sector público no sector da saúde, através do *National Health Service*. Os países em que a proporção de despesas de saúde mais aumentou entre 1995 e 2018 foram a Eslováquia, Bulgária, Roménia e Polónia, onde esta mais do que duplicou.

Uma categoria em que existem diferenças muito assinaláveis entre os países do espaço económico europeu é a do Lazer, Recreação e Cultura. No país em que relativamente mais se gasta nestas actividades, a Noruega, a proporção do consumo é cerca de 2,5 vezes maior do que no país em que se gasta relativamente menos, a Grécia (4,6 %). Portugal, com uma média de 6,8 %, encontra-se na 25.<sup>a</sup> posição no conjunto dos 31 países do espaço económico europeu. Na verdade, Portugal foi o país em que a despesa relativa em bens e serviços culturais mais diminuiu no período em análise: de 7,6 %, em 1995, para 5,6 %, em 2018. Em sentido contrário, na Lituânia e Letónia esta proporção mais que duplicou no mesmo período.

Muito mais haveria para dizer sobre a variação temporal e espacial dos comportamentos de consumo nos países do espaço económico europeu. Convido, por isso, os leitores que queiram aprofundar a análise a consultar as estatísticas disponíveis na Pordata.



## **Em jeito de conclusão — o que fica de fora?**

A Pordata é um manancial de informação excepcional. Uma excelente porta de entrada para caracterizar muitos fenómenos, que nos mostra o que está a acontecer, em média, em muitos aspectos da vida dos Portugueses e das Portuguesas. Mas não é, nem podia ser, um repositório de dados totalmente exaustivo. Por isso, nas páginas deste pequeno livro, procurei exemplificar, em alguns casos, formas de complementar a informação da Pordata com outras fontes, mostrando as pontes que cada um pode atravessar a partir desta base de dados do Portugal e da Europa contemporâneos.

Em primeiro lugar, há alguns indicadores que podemos encontrar noutros repositórios de informação. Um exemplo é o *site* do Banco de Portugal, onde podemos aprofundar a informação sobre os empréstimos e a parte da poupança que está no sistema financeiro português. Outro é o Portal de Transparência do Serviço Nacional da Saúde, onde podemos procurar informação complementar sobre o consumo de saúde em Portugal. A informação da Pordata pode ser vista como porta de entrada para estas fontes, que a complementam.

Em segundo lugar, é importante perceber que nem todas as pessoas são iguais. Por exemplo, a Pordata informa-nos que, actualmente, as famílias gastam cerca de um quinto do orçamento em alimentação. Este valor médio esconde realidades muito diferentes; para as famílias mais pobres, os gastos em alimentação representam uma parte mais substancial do orçamento mensal. A heterogeneidade escondida por trás do valor médio sugere um olhar crítico quando analisamos cada indicador.

Quando falamos de rendimento, poupança e consumo, há duas formas de obter informação para caracterizar a heterogeneidade, ou desigualdade, entre famílias. Por um lado, temos os chamados dados administrativos, dos quais um excelente exemplo são as declarações fiscais, que analisei. Esta informação resulta de interações obrigatórias entre o cidadão e as diferentes administrações, que geram um manancial de informação. Outro exemplo de informação deste tipo analisada neste pequeno livro é a despesa em medicamentos, que vem dos registos do Infarmed nas suas relações com as farmácias que dispensam os medicamentos. Por outro lado, temos os chamados dados de inquérito, que resultam de operações estatísticas levadas a cabo pelo Instituto Nacional de Estatística. Como exemplos deste tipo de informação analisadas acima, temos a taxa de privação material severa, que utiliza os dados do Inquérito às Condições



de Vida e do Rendimento. Muita desta informação está à disposição da comunidade científica para fazer estudos mais aprofundados. No entanto, Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer neste domínio. O *site World Inequality Database* publica um índice de transparência de desigualdade que permite situar cada país numa escala de 0 a 20 relativamente à disponibilidade de informação para analisar a distribuição do rendimento. Neste índice, Portugal não vai além dos 8 pontos, muito longe, por exemplo, dos 15,5 obtidos por Espanha. A razão para este valor relativamente baixo é o facto de não serem disponibilizados, no nosso país, dados de declarações fiscais de rendimento e riqueza. Isto limita muito a nossa capacidade de caracterizar as ditas diferenças entre famílias. Termino com um desejo: que esta curta digressão pelos rendimentos, hábitos de consumo e poupança das famílias portuguesas desperte a nossa curiosidade colectiva para irmos mais longe nesse conhecimento que permanece por explorar.



## **Agradecimentos**

Agradeço à Fundação Francisco Manuel dos Santos, em especial ao António Araújo e à Susana Norton, o convite para explorar a base de dados da Pordata com o objectivo de caracterizar um aspecto tão importante da vida dos Portugueses como os seus recursos e as suas decisões de consumo e poupança. Mesmo para uma utilizadora habitual, acabou por se revelar uma viagem extraordinária pelos recantos da base de dados. Agradeço em especial à Luísa Barbosa, que, numa reunião em Novembro de 2019, me fez uma visita guiada a todos os indicadores com interesse para este pequeno livro. Finalmente, devo um obrigada ao André Filipe Silva pela preciosa ajuda e ao Bruno Carvalho pela leitura atenta e crítica do texto e pelas óptimas sugestões.



## Notas

- 1 A taxa de inflação mede o aumento do nível geral dos preços num determinado período de tempo, normalmente um ano.
- 2 Os pagamentos incluem pagamentos de serviços, pagamentos ao Estado, à segurança social, de custas judiciais, carregamentos de telemóveis e venda de bilhetes.
- 3 A zona euro inclui Áustria, Bélgica, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Espanha, Estónia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Letónia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos e Portugal. Da actual União Europeia (a 27) fazem ainda parte a Bulgária, Croácia, Dinamarca, Hungria, Polónia, República Checa, Roménia e Suécia. O espaço económico europeu (EEE) inclui ainda a Islândia, a Noruega e o Liechtenstein. A Suíça, não sendo membro oficial do espaço económico europeu, tem um estatuto igualado por via de acordos bilaterais. Finalmente, o Reino Unido fez parte da União Europeia (a 28) até 31 de Janeiro de 2020 e continuará a fazer parte do espaço económico europeu previsivelmente até 31 de Dezembro de 2020, cobrindo o período de transição definido para a formalização de novos acordos entre o Reino Unido e os Estados-membros da União Europeia.
- 4 Este indicador é mais abrangente do que o rendimento dos particulares que usei no primeiro capítulo para descrever o rendimento dos Portugueses, uma vez que inclui, além dos rendimentos das famílias e instituições sem fins lucrativos, os rendimentos das sociedades e administrações públicas.
- 5 Não existem dados disponíveis para a Estónia em 2018, mas o crescimento do rendimento disponível entre 1996 e 2017 foi também muito assinalável — 169 %.

- 6 Áustria, Chipre, Dinamarca, Finlândia, Itália, Suécia, Islândia, Noruega e Suíça não têm salário mínimo universal legalmente definido, pelo que não estão incluídos nesta análise. Nalguns destes países, existem salários mínimos sectoriais.
- 7 Não, esta informação não está errada. O salário mínimo nacional mensal em vigor em Portugal em 2020 é de 635 euros; no entanto, como são pagos 14 salários ao longo do ano (o que não acontece em todos os países europeus), a forma mais adequada de fazer comparações entre países é calcular o equivalente mensal. Neste caso, 635 euros vezes 14 salários dividido por 12 meses dá-nos o valor de 740,83 euros mensais.
- 8 Esta série é ligeiramente diferente da que usei para Portugal, disponível desde 1960, porque não inclui a poupança das instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias.
- 9 Em 2011 não existe informação relativa à Áustria e Alemanha.



**Susana Peralta** é doutorada em Economia pela Université catholique de Louvain, na Bélgica. A sua investigação em economia pública e política está publicada em revistas internacionais, como *The Economic Journal*, *Journal of Public Economics* e *Public Choice*. É professora associada, com agregação, na Nova School of Business and Economics, desde 2004. Escreve semanalmente no jornal *Público*.





# Infografias



Clique aqui para aceder  
às infografias.

## **nesta coleção**

Maria Filomena Mendes  
como nascem e morrem os portugueses - ePub/PDF

Maria do Céu Machado  
como crescem os portugueses - ePub/PDF

Luísa Canto e Castro Loura  
como aprendem os portugueses - ePub/PDF

Pedro Brinca  
como trabalham os portugueses - ePub/PDF

Fernando Leal da Costa  
como adoecem os portugueses - ePub/PDF

Alda Botelho Azevedo  
como vivem os portugueses - ePub/PDF

Susana Peralta  
como gastam os portugueses - ePub/PDF

Pedro Graça  
como comem os portugueses - ePub/PDF

Maria João Guardado Moreira  
como envelhecem os portugueses - ePub/PDF

Fernando Alexandre  
como são os portugueses - ePub/PDF



**Nos dez anos da Pordata e dos Ensaios da Fundação**

# **os portugueses**

**Uma colecção para conhecer o país  
e a sua gente.**

Traça-se aqui um retrato das decisões de consumo e poupança das famílias portuguesas. Discute-se fontes de rendimento e a desigualdade de rendimentos. Analisa-se a evolução da parte do rendimento que é poupada. Depois, concentra-se na parte que é consumida, e descreve-se as escolhas das famílias entre diferentes bens de consumo imediato e duradouro. Finalmente, discute-se a situação de privação em que vivem algumas famílias sem acesso a certos bens de consumo essenciais.



9 789899 004511

ISBN 978-989-9004-51-1